

O LUGAR DA CULTURA NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS PARA A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA

GOMES, Elias Evangelista¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir o lugar da cultura no âmbito da educação superior brasileira. Mais especificamente, sem exaurir a discussão, busca-se refletir acerca de alguns aspectos de quatro desafios para a extensão universitária. A partir da experiência do autor na gestão de cultura de uma instituição pública e em fóruns de pró-reitores de extensão, aborda-se certas tensões e problemáticas que envolvem a localização da cultura no âmbito dos órgãos executivos; os gostos culturais; os espaços e os equipamentos para difusão das artes; e o pessoal da cultura.

Palavras-chave: Instituições de educação superior. Diversidade cultural. Extensão universitária.

Abstract

This article aims to discuss the place of culture in the Brazilian higher education. More specifically, without exhausting the discussion, it is sought to reflect on some aspects of four challenges for university extension. From the author's experience in the management of culture of a public institution and in pro-dean extension forums, the text approaches: certain tensions and problems involving the localization of culture within the executive bodies; cultural tastes; spaces and equipment for the diffusion of the arts; staff of culture.

Key-words: Institutions of higher education. Cultural diversity. University extension.

Introdução

Em maio de 2016, o Brasil passou por um dramático momento de seu frágil sistema político. Com o *impeachment* da presidenta reeleita Dilma Rousseff, o então vice-presidente Michel Temer, assumindo interinamente o governo com amplo apoio dos parlamentares corresponsáveis pelo processo de impedimento, realizou uma controversa reforma ministerial. Na ocasião, Temer extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, transferindo suas competências para o Ministério da Justiça e Cidadania.

Por meio da mesma medida provisória, o Ministério da Cultura (MinC) foi extinto e suas atribuições foram incorporadas pelo novo Ministério da Educação e Cultura, através de uma secretaria para a temática. Por todo o Brasil, foram realizadas ocupações de prédios vinculados ao MinC, protestos de artistas/produtores e mobilizações em defesa das políticas públicas culturais, que vinham ampliando os investi-

mentos, a valorização dos patrimônios nacionais e a democratização do acesso às artes.

O Ministério da Cultura remonta à retomada da democracia no Brasil, no período pós-ditadura militar. Embora um órgão com menores investimentos e visível fragilidade institucional, elaborou e implementou uma série de políticas de valorização do cinema, do livro e da leitura, dos museus e dos espaços culturais, do patrimônio, das culturas regionais, afro-brasileiras e indígenas, de novas tecnologias digitais, das memórias nacionais, dos sistemas e dos indicadores culturais, das ações de educação e cultura e da economia criativa.

Trata-se de um órgão de um setor que movimenta uma série de recursos com eventos e turismo, mas, sobretudo, que se legitima em decorrência da ampla e profunda diversidade cultural no conjunto de municípios e estados e nos grupos sociais que formam o país. Nos últimos anos, a cultura havia começado

¹Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG; email: eliasgomesbh@yahoo.com.br

a se institucionalizar não apenas no âmbito federal, estimulados por políticas públicas e editais, os municípios e os estados também se organizaram.

A bem da verdade, as grandes e mais antigas instituições municipais, estaduais e federais de educação superior sempre investiram nas artes. Entretanto, nos últimos anos, houve um incentivo para que as demais instituições criassem planos de cultura e áreas de trabalho em suas administrações. Há que se considerar que ainda há um caminho muito longo para que possamos tirar a palavra *cultura* dos documentos e torná-la letra viva tão relevante quanto outras dimensões do trabalho universitário e acadêmico.

Diante disso, este artigo tem como objetivo levantar aspectos de quatro desafios colocados para a extensão universitária brasileira no enlace entre cultura e educação, a saber: a localização da cultura no âmbito dos órgãos executivos; os gostos culturais; os espaços e os equipamentos para difusão das artes; o pessoal da cultura.

Tais reflexões emergem do trabalho realizado como gestor de cultura no âmbito da Universidade Federal de Alfenas e como coordenador de cultura do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex) e do Forproex da região Sudeste. Em função dessa atuação, pode-se dialogar com diferentes gestores e pró-reitores de instituições estaduais e federais. Em alguns casos, foram possíveis visitas aos órgãos e pesquisa de dados nos *sites* e redes sociais das demais instituições. No entanto, as reflexões a seguir são, sobretudo, oriundas do diálogo com gestores sobre os desafios colocados para as pró-reitorias de extensão acerca da incorporação da cultura em suas atribuições.

Cultura em quatro desafios

Um desafio para se pensar a cultura no âmbito da educação superior e suas relações com a extensão universitária refere-se, primeiramente, à sua localização institucional. Pelo território nacional, encontram-se denominações como Pró-Reitoria de

Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Extensão (e a cultura é um dos eixos de atuação dos órgãos), Pró-Reitoria de Extensão (nas quais a cultura é setor, coordenadoria, departamento, diretoria, gerência, dentre outras designações), bem como existem algumas Pró-Reitorias de Cultura ou outros órgãos vinculados às reitorias, como diretorias ou secretarias de cultura e arte. Deve-se considerar que, em muitos casos, o aparecimento do termo cultura no nome do órgão não implica um investimento maior que o de outros que não assimilaram tal exposição terminológica.

Na ocasião da extinção do Ministério da Cultura e de sua fusão com o da Educação, era nítido que a cultura perderia espaço e capacidade de execução. Se era temerária tal fusão, precisamos pensar o que significa a fusão ou não da cultura nas pró-reitorias de extensão. Certo é que muitos vislumbram um órgão específico para a cultura no âmbito das universidades, tanto intuindo um maior investimento, como também, a ampliação de espaços de poder e domínio de certos grupos em disputa.

Entretanto, no âmbito das instituições de ensino superior (IES), a força da cultura não depende exatamente de órgãos específicos. O que ela necessita é de fundamentação conceitual, de investimentos em equipamentos e projetos de difusão, de profissionalização e de formação de pessoal. Portanto, desde que devidamente valorizada e com fortes investimentos, a cultura cabe muito bem nas pró-reitorias de extensão. Em especial, vale destacar as contribuições que as diretrizes nacionais para o exercício da extensão podem trazer para a área da cultura. São elas: interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; impacto na formação do estudante; impacto e transformação social (NOGUEIRA, 2000).

Ademais, a cultura destaca-se ainda como uma área de atuação relacionada com todas as demais áreas temáticas da extensão, a saber: comunicação, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, produção e tecnologia, trabalho. Como mencionado, a economia criativa possibilita boa parte

do desenvolvimento nacional por meio de eventos e do turismo, assim como a manutenção financeira de famílias e artistas. No âmbito das universidades, a produção cultural voltada à comunidade pode, inclusive, possibilitar o incremento financeiro das instituições para a concessão de bolsas a estudantes, por meio de prestações de serviços, publicações, patrocínios, incentivos às fundações de apoio e outros produtos.

Em segundo lugar, se há uma tensão mais emblemática e persistente na elaboração e na execução das ações de difusão das artes nas instituições de educação do país, podemos citar as disputas em torno dos gostos culturais como um grande destaque. Até pouco tempo e ainda muito presente, viam-se como inquestionáveis as presenças de orquestras sinfônicas, corais e grupos de teatro como expressões legítimas e centrais das artes produzidas no âmbito da educação superior. Tomadas como verdades, tais formas, dentre outros aspectos, relacionavam-se a um cenário de naturalização da força das elites nas influências e nas presenças de seus filhos no interior das universidades.

Longe de desconsiderar a relevância dessas formas artísticas, passamos por um processo de expansão da educação superior brasileira e pela ampliação da presença de outros agentes até então excluídos. Populações negras, indígenas, rurais e periféricas adentraram ao ensino superior e ao serviço público, porém, segue a questão: basta apenas a presença de corpos negros, indígenas, rurais e periféricos nas instituições ou é necessária a promoção de encontros entre culturas nos ambientes educacionais? Uma resposta possível é que, se a educação superior brasileira pretende incluir, de fato, não convém corpos obrigados à assimilação de culturas elitizadas.

Torna-se necessário o encontro desses corpos com a diversidade cultural, que inclui as formas artísticas até então legítimas e centrais, bem como o contato com as histórias e as artes produzidas também pelas populações indígenas, negras, rurais e periféricas. Uma educação que inclui, por meio da cultura, cuida também para dar visibilidade às produções culturais que essas populações trazem para o interior

das instituições, bem como suas contribuições para a sociedade.

A cultura é um relevante espaço de proximidade e de aproximação das instituições educadoras e de suas comunidades internas e externas. Nas administrações, são recorrentes as disputas por legitimidade cultural. Porém, quando os conceitos e as diretrizes da extensão universitária são aplicados ao trabalho em cultura, parece possível a mediação de interesses e propostas diferentes.

Funk, tecnobrega, tecnomelody, sertanejo, forró, moda caipira, pagode, apenas para citar alguns estilos musicais (tidos como subprodutos da indústria cultural) que, muitas vezes, são descartados das programações culturais das instituições, em função de certo desprezo por parte de gestores que não veem nessas formas qualidade, excelência e relevância artísticas. Sob o argumento de que estudantes já têm acesso a esses estilos em outros lugares, perdem oportunidades de estabelecimento de diálogos e de encontros entre culturas, prejudicando, por tabela, a formação de público para as diferentes modalidades das artes. Aqui, caberia resgatar a dimensão dialógica da extensão universitária na criação de espaços para os encontros de gostos culturais que são historicamente marginalizados ou que não têm centralidade nas instituições educadoras.

Um terceiro desafio recorrente na gestão da cultura, nas instituições de educação superior brasileiras, é a administração dos espaços, dos prédios e dos equipamentos culturais onde são realizadas as atividades de extensão em cultura, as ações formativas e as apresentações artísticas. Centros culturais, bibliotecas, acervos de documentos e audiovisuais, teatros, museus, galerias de arte, áreas ecológicas, estações de difusão da ciência, parques, espaços esportivos, obras de arte em espaços públicos, arenas, palcos, auditórios, salas de cinema e orquestras, praças, *halls*, enfim, uma diversidade muito grande de estabelecimentos.

Nos casos em que a gestão da cultura não é centralizada nas pró-reitorias de extensão, as ações de

extensão em cultura são um tanto mais complexas. Por vezes, as conceituações das atividades artísticas aproximam-se apenas da noção de “levar cultura” ao público. Isso faz dos espaços apenas lugares da incidência da universidade para a sociedade, sem que haja interação e troca. Por outro lado, há aqueles que veem vantagem no modelo separado de administração da cultura, pois os projetos e os espaços culturais sofrem menos, sem a competição das demais áreas da extensão, tais como educação, saúde e tecnologia. Mas, em ambos os casos, imperam as queixas sobre o “lugar menor” da cultura nas instituições ou a constatação de ser a “primeira a perder, quando há cortes”, o que gera ainda maior fragilidade para a gestão dos espaços culturais.

Não é porque as instituições de educação superior públicas têm cursos de história ou de artes que há, necessariamente, viabilidade de incorporação de prédios públicos tombados para utilização dos mesmos nas ações culturais. A aceitação desses prédios deve ser muito bem planejada pelos gestores acadêmicos, no sentido de se pensar a sustentabilidade da edificação relacionada aos propósitos e às missões da instituição, no âmbito da cultura, bem como sua capacidade administrativa no setor. Do contrário, tais equipamentos arquitetônicos podem sediar projetos temporários que não se mostram viáveis ao longo das décadas, criando mais ônus do que possibilidades de incremento e diversificação das ações culturais.

Ponderação próxima serve para as novas construções criadas com recursos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Em muitas IES, foram construídos (ou estão em fase de finalização) edifícios ou espaços para a realização de atividades de extensão em cultura. Dadas as restrições orçamentárias, alguns deles não serão concluídos conforme o planejado. Entretanto, é relevante que as administrações estejam atentas aos projetos pedagógicos que deram origem às demandas e às novas situações que venham a surgir. Os usos compartilhados de espaços culturais com as demais atividades acadêmicas, ao contrário de parecer um desprestígio às ações cul-

turais, podem ser uma possibilidade de encontro entre agentes com interesses e objetivos diversos, favorecendo a divulgação informal das atividades e programações e a ampliação de público.

Contudo, urge certa unidade dos gestores para um levantamento do que ainda falta ser concluído em termos de obras e reformas de equipamentos culturais. A mesma ponderação é válida para as IES estaduais. Não é de se duvidar que, diante do desprestígio de que goza a cultura no novo governo federal e o histórico de periferização das ações culturais nas instituições, as obras e as demandas sejam relegadas sob o argumento de que existem outras prioridades. Essas outras prioridades sempre existiram, e a cultura nas IES só chegou até aqui e conquistou o seu espaço por meio da luta cotidiana de extensionistas, pesquisadores, gestores, estudantes, servidores técnicos e docentes, artistas, produtores e da comunidade externa envolvidos com as produções simbólicas.

Por fim, pretende-se considerar mais um desafio (não o último nem menos importante), referente à gestão de pessoal no âmbito das ações e políticas culturais nas IES. O “pessoal da cultura”, nas universidades e nos institutos, é composto por servidores docentes e técnicos (efetivos, substitutos e terceirizados), artistas, bolsistas, regentes, produtores culturais, membros de corais, orquestras e grupos, alguns desempenhando funções gratificadas e de chefia. A cultura precisa ser um espaço aberto aos iniciados e não iniciados nas artes. Contudo, tal premissa não deve ser um sinônimo de amadorismo, em termos de administração.

Há um problema tão grande, tão grave e mais recorrente do que se imagina: é o fato de, em algumas instituições, existirem apenas um ou dois servidores responsáveis pela gestão de todas as ações culturais. Na cultura, as disputas por projetos, pela visibilidade e pelos aplausos são comuns e têm um lado positivo para o desenvolvimento da área, como têm também seu lado desagregador. Esse problema não ocorre apenas nas pequenas equipes, mas, nestas, os efeitos são mais devastadores.

Como órgãos executivos que passam por eleições, as administrações centrais das instituições acadêmicas passam por alguns problemas muito próximos das composições dos ministérios e secretarias. Os reitores e as reitoras ganham as eleições e se veem na missão de designar um conjunto de profissionais para os órgãos e para as pró-reitorias. Durand (2013) lembra-nos de que, no Ministério da Cultura e nas secretarias estaduais e municipais, foram observadas as posses de artistas e intelectuais com o objetivo de garantir notoriedade para o executivo; igualmente, observou-se políticos aliados indicados simplesmente para conquistar o apoio da base parlamentar daquele partido. O autor pondera que não necessariamente as políticas públicas de cultura serão bem sucedidas pela simples nomeação de um artista, sendo necessário observar outros aspectos teóricos e práticos para a profissionalização da administração da cultura.

Nas IES, são designados para a função de chefia da cultura apoiadores das chapas vencedoras para a reitoria, ou servidores técnicos ou docentes com formação nas áreas de cultura e artes ou que desenvolvem projetos de extensão e/ou pesquisa de amplo reconhecimento. Entretanto, é muito comum ocorrerem divisões nas equipes, pois existem aqueles que apoiaram uma chapa e aqueles que apoiaram outra ou, ainda, que apoiaram a mesma chapa, mas que almejavam a função de chefia do setor. As cisões resultantes dessas disputas prejudicam o setor público brasileiro em todos os lugares. Na especificidade da cultura, tendo em vista o pequeno número de profissionais envolvidos, na maioria das vezes, o acúmulo de desavenças pode travar ações de continuidade e inviabilizar novas propostas, quando não liquida as possibilidades de execução de políticas culturais voltadas para a inclusão cultural de comunidades acadêmicas e vinculadas às ações de extensão.

No âmbito da profissionalização do setor, um erro muito comum nos concursos públicos para cargos efetivos é o entendimento de que apenas profissionais da área de comunicação devem atuar como produtores culturais. Existem sociólogos, antropólogos, licenciados, pedagogos, dentre outros profissionais,

que podem atuar com eficiência para a elaboração de projetos, captação de recursos, promoção e difusão da cultura nas IES. Nesse sentido, para fortalecer as ações culturais nas universidades e nos institutos, torna-se necessário ampliar e fortalecer o “pessoal da cultura”. Isto é, fortalecimento político dos executores de projetos de extensão vinculados à cultura, de artistas e de colaboradores, bem como a ampliação do número de produtores culturais e demais profissionais da cultura.

Considerações finais

A própria escolarização é uma prática de cultura. Entretanto, convencionou-se que as instituições de educação superior também promovam o acesso às artes. Nos últimos anos, passou-se a questionar as funções da cultura para a superação das desigualdades, para o fortalecimento da economia e para as transformações e mudanças sociais. Por isso, até maio de 2016, o vínculo entre educação e cultura foi estimulado pelo MinC, por meio de secretaria específica e da elaboração de editais. Era apenas o começo de apoios pontuais. Comprometidas com suas missões, as IES elaboraram novas ações e propostas, bem como buscaram consolidar setores de cultura. Estamos apenas no início de um caminho zigzagueante, com fortes indicações de retrocessos. Contudo, há desafios que não dependem apenas dos contextos externos. Existem também reflexões e ações que perpassam os interiores dos órgãos acadêmicos que lidam com a temática.

Este artigo buscou levantar quatro desafios presentes na administração da cultura, no âmbito das instituições de educação superior brasileiras. Há uma série de outros desafios a serem pensados. Porém, cabe aos gestores questionarem junto às suas equipes: concretamente, elas atuam na área da cultura apoiadas nas diretrizes da extensão universitária? Elas criam possibilidades de integração da cultura com as demais áreas temáticas da extensão? Elas conseguem ir além da promoção de eventos e apresentações e provocar mudanças culturais nos âmbitos das instituições e das comunidades? Elas promovem ações de indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão? Os gostos culturais são criticados e problematizados a partir das lógicas da

inclusão ou da exclusão? São desvelados os procedimentos de hierarquização de estilos e práticas de cultura? São promovidas atividades que possibilitam os encontros da diversidade cultural? As equipes conseguem superar dissensos políticos das disputas pelo poder nas instituições para a realização de trabalhos integrados que fortaleçam o setor? Quais são as ações e os investimentos possíveis e necessários para ampliar as equipes e profissionalizar o setor?

A cultura na extensão tem ganhos conceituais, mas também não pode se descaracterizar na disputa com outras áreas temáticas. Portanto, se era temerária a fusão do Ministério da Cultura no Ministério da Educação, parece que, no âmbito das IES, a discussão sobre a fusão da extensão e da cultura passa por outros desafios que devem ser pesquisados, refletidos e debatidos, com vistas à elaboração de novos planejamentos e à ampliação das ações de difusão das artes.

Referências

DURAND, José Carlos. **Política cultural e economia da cultura**. Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: Edições Sesc SP, 2013. 184 p.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: Proex – UFMG, 2000. 196 p.
